

PLANEJAMENTO DOCENTE COLABORATIVO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma preliminar de pesquisa

Simone de Abreu Duarte Kluser de Jesus
Rosa Ládice de Moraes Valim
Alessandro Jatobá

Resumo

Este artigo aborda a temática do planejamento colaborativo, seus benefícios para a aprendizagem de estudantes com perfis diversos e para o desenvolvimento profissional docente. Objetiva-se aqui apresentar e refletir sobre dados de uma preliminar pesquisa realizada para compreender aspectos relevantes de um campo que, posteriormente, foi palco de uma pesquisa de mestrado sobre planejamento docente colaborativo em uma perspectiva inclusiva. Para dar conta do objetivo proposto, inicialmente, discorreu-se sobre o *coensino*, a respeito do papel do professor de apoio especializado na rede Municipal de Niterói e sobre os desafios para a construção do planejamento docente colaborativo. Por fim, tem-se a preliminar de pesquisa, que procurou questionar docentes da rede municipal de Niterói, campo onde seria realizada a pesquisa, a respeito das dificuldades encontradas para a concretização de um planejamento que dialogasse com seus pares. Para a análise dos dados, realizou-se uma pré-análise, com leitura do material coletado, identificação das ideias centrais e conceitos presentes no conteúdo, seleção dos trechos a serem analisados, (2) explorou-se o material organizado de forma a identificar possibilidades e conjecturas, (3) interpretou-se os resultados, identificaram-se padrões e realizaram-se inferências. Os dados da preliminar sugeriram, entre outras coisas, a confirmação da crença norteadora de que o tempo reservado para o planejamento coletivo vem sendo precarizado.

Palavras-chave: planejamento docente colaborativo; educação inclusiva; fazer pedagógico; aprendizagens significativas.

COLLABORATIVE TEACHING PLANNING AS A STRATEGIC TOOL FOR INCLUSIVE EDUCATION: preliminary research

Abstract

This article addresses the topic of collaborative planning, its benefits for the learning of students with different profiles and for teaching professional development. The aim here is to present and reflect on data from preliminary research carried out to understand broader aspects of a field that was then the stage for master's research on collaborative teaching planning for Education from an Inclusive perspective. To achieve the proposed objective, at first was necessary to ponder about co-teaching, about the role of the specialized support teacher in the Niterói Municipal network and about the challenges for building collaborative teaching planning. Finally, the preliminary research took place and sought to question teachers from the municipal network of Niterói, the field where the research would be carried out, about the difficulties encountered in implementing a plan that would dialogue with their peers. Data analysis was carried out as follows: (1) a pre-analysis was carried out, (2) the organized material was explored to identify possibilities and hypotheses, (3) the results were interpreted. The preliminary data suggest, among other things, confirmation of the guiding belief that the time reserved for collective planning has been precarious, limited with mechanical and bureaucratic tasks.

Keywords: collaborative teaching planning; inclusive education; pedagogical practice; meaningful learning.

LA PLANIFICACIÓN DOCENTE COLABORATIVA COMO HERRAMIENTA ESTRATÉGICA PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: una investigación preliminar

Resumen

Este artículo aborda el tema de la planificación colaborativa, sus beneficios para el aprendizaje de estudiantes con diferentes perfiles y para el desarrollo profesional docente. El objetivo aquí es presentar y reflexionar sobre datos de una investigación preliminar realizada para comprender aspectos relevantes de un campo, que luego fue escenario de una investigación de maestría sobre planificación colaborativa de la enseñanza desde una perspectiva inclusiva. Para lograr el objetivo propuesto, inicialmente discutimos la coenseñanza, sobre el rol del docente de apoyo especializado en la red Municipal de Niterói. en educación inclusiva) y sobre los desafíos para construir una planificación docente colaborativa. Finalmente, está la investigación preliminar, que buscó interrogar a docentes de la red municipal de Niterói, campo donde se realizaría la investigación, sobre las dificultades encontradas en la implementación de un plan que dialogara con sus pares. Para el análisis de los datos se realizó un preanálisis, leyendo el material recopilado, identificando las ideas y conceptos centrales presentes en el contenido, seleccionando los extractos a analizar, (2) explorando el material organizado con el fin de identificar posibilidades y conjeturas, (3) se interpretaron los resultados, se identificaron patrones y se hicieron inferencias. Los datos preliminares sugerían, entre otras cosas, la confirmación de la creencia rectora de que el tiempo reservado a la planificación colectiva ha sido precario.

Palabras clave: planificación docente colaborativa; educación inclusiva; práctica docente; aprendizaje significativo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo debruça-se sobre o tema *planejamento colaborativo para uma educação mais inclusiva*. Planejar constitui-se em importante e necessária etapa do fazer docente. O planejamento de um trabalho, aparelhado com intencionalidades pedagógicas, ações e estratégias, para o alcance de determinados fins, no caso, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, é um momento imprescindível para o sucesso desses (Vasconcelos, 2014; Silva, 2020). Crê-se que, se organizado de modo colaborativo, esse planejamento tende a possuir riquíssimo potencial para viabilizar um ensino mais inclusivo e capaz de atender às demandas de estudantes com perfis diversos.

Podemos entender o planejamento colaborativo como uma forma de organização do trabalho pedagógico em que os processos educativos, desde a idealização, até os momentos de execução e de avaliação, são desenvolvidos de modo coletivo e democrático, através de parcerias estabelecidas entre os docentes (Vilaronga, 2016; Silva, 2020; Peres et al, 2024).

Em nosso cotidiano, os conhecimentos de diferentes áreas não são utilizados de maneira estanque. Acionamos habilidades e saberes aprendidos de diferentes áreas de estudos que dialogam entre si em sociedade. É justo, portanto, que nos momentos de aprendizagem escolar, assim como nos que a antecedem, incluindo o próprio planejamento, os docentes, os saberes e os conteúdos precisam ter espaço para dialogar e trocar experiências. Nessa perspectiva o planejamento colaborativo torna-se uma valiosa estratégia para o fazer docente. O trabalho construído em colaboração tende a ser mais coerente com as necessidades de aprendizagens dos estudantes e também corrobora, de acordo com os estudos de Silva (2020), para o desenvolvimento profissional dos próprios docentes.

Encontramos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) o objetivo de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir, entre outros direitos, acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino. A legislação, portanto, traz o entendimento de que não apenas o acesso, mas aprendizagem e participação são partes essenciais no processo de inclusão.

Garantir tais direitos não é uma tarefa simples, nem responsabilidade de poucos indivíduos. Deve ser compartilhada com todos os envolvidos nos processos de planejamento, ensino e avaliação da unidade de ensino, sobretudo os docentes. A inclusão, para Mantoan (2003), implica mudança do atual paradigma educacional, em que a escola se entupiu de formalismo, racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. A ruptura desse modelo, como propõe a inclusão, seria uma saída para que a escola possa fluir novamente espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

Assim, o planejamento construído colaborativamente viabilizaria um ensino mais inclusivo, com os conteúdos e disciplinas dialogando, na mesma medida em que os docentes de diferentes áreas de conhecimentos. A falta desse tipo de planejamento torna o ensino fragmentado, não dialógico e com limitado potencial de inclusão para alunos com perfis diversos.

Diante do entendimento de que os benefícios da construção de um planejamento colaborativo alcançariam não apenas os estudantes com deficiência, como também demais alunos atendidos pela escola, a pesquisa questiona a respeito das dificuldades encontradas pelos docentes para a concretização de um planejamento que dialogue com seus pares.

Acredita-se que os momentos reservados ao planejamento coletivo vêm sendo limitados com tarefas mecânicas, burocráticas e estanques, ou com resolução de questões entendidas como urgentes. Essa realidade não permite espaço para estudos e reflexões sobre a própria prática e seus desdobramentos, inviabilizando, assim, a construção de um ambiente de trabalho, propício ao planejamento docente colaborativo.

Nesse sentido, este artigo objetiva apresentar e refletir sobre dados de uma preliminar pesquisa¹ realizada para compreender aspectos mais amplos de campo que, em seguida, foi palco de pesquisa de mestrado sobre planejamento docente colaborativo para a educação na perspectiva inclusiva.

O artigo encontra-se – a seguir – apresentado da seguinte maneira: tem-se a fundamentação teórica do artigo, que se divide em três subseções, a saber: (i) o coensino – uma proposta para o trabalho docente colaborativo em educação inclusiva, (ii) o professor de apoio especializado na rede municipal de Niterói, (iii) desafios para a construção do planejamento docente colaborativo. Na sequência, evidenciam-se os caminhos metodológicos; posteriormente apresenta-se a preliminar de pesquisa com dados e análises; por fim, tem-se as considerações finais.

¹ Etapas preliminares de pesquisa fundamentam-se na Resolução 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2016) e referem-se às atividades que o pesquisador desenvolve para conhecer melhor o terreno onde a pesquisa será realizada a pesquisa. Tais atividades são fundamentais para ajustar os instrumentos de pesquisa, identificar variáveis e metodologias relevantes, testar e avaliar a viabilidade do estudo. Elas permitem que o pesquisador compreenda melhor o contexto e os aspectos práticos antes de iniciar propriamente a pesquisa.

O COENSINO: UMA PROPOSTA PARA O TRABALHO DOCENTE COLABORATIVO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com Capellini e Zerbato (2022), o ensino colaborativo refere-se a um serviço iniciado na década de 1980 nos Estados Unidos, surgido como alternativa aos modelos de salas de recursos, classes ou escolas especiais, para responder às demandas das práticas de inclusão escolar. Nesse modelo, um professor de ensino comum e um docente de ensino especializado dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar o ensino de um grupo heterogêneo de estudantes.

No ensino colaborativo, de acordo com Capellini e Zerbato (2022), existe a necessidade de um professor regente e um professor de educação especial (que em nossa realidade seria o professor de apoio especializado) que, de modo colaborativo, planejarão para toda a turma, considerando estratégias de aprendizagem para estudantes com perfis diversos. Tais docentes se revezam nas intervenções e formas (planejadas) de atuação, ampliando as possibilidades de aprendizagens para os estudantes, sejam eles público-alvo da educação especial e inclusiva ou não. O trabalho do professor de educação especial, nessa perspectiva, não acontece de modo paralelo, em um cantinho apartado da sala, destinado ao professor de apoio especializado e aos estudantes público-alvo da educação especial. Ocorre em parceria, de forma dinâmica, dialógica e reflexiva, em outras palavras de modo colaborativo.

Michelluzzi, Cordeiro e Selau (2022) sugerem que o ensino colaborativo pressupõe respeito mútuo e paridade entre os docentes que atuarão juntos. Os papéis não precisam ser estatísticos, engessados. O planejamento colaborativo na educação especial caracteriza-se como uma possível resposta à necessidade de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, quer sejam público-alvo da educação especial ou não. Ele evoluiu ao longo do tempo, impulsionado por mudanças nas leis, pesquisas acadêmicas e uma crescente conscientização sobre a importância da inclusão.

A proposta do coensino, em que um professor de educação regular e um professor de educação especial compartilham responsabilidade pelo ensino em uma sala de aula inclusiva, constitui-se uma prática coerente com as demandas de uma educação inclusiva. Essa abordagem exige um planejamento essencialmente colaborativo entre os professores. Nessa perspectiva, as contribuições de Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014 *apud* Silva, Vilaronga, 2021, p. 3) são de grande valia para refletirmos sobre mudanças efetivas na escola:

A proposta do ensino colaborativo é baseada na abordagem social da deficiência, pois compreende que a escola precisa ser mudada, incluindo as atividades desenvolvidas na classe comum, uma vez que é o espaço no qual o aluno convive com seus pares em um tempo maior. Logo, se a sala comum não for modificada em suas estratégias e modo de funcionamento em relação aos conteúdos e às atitudes, dificilmente ocorrerá a escolarização do alunado como um todo.

Ensino colaborativo nos moldes referidos acima, ou em qualquer outro que preveja um trabalho de articulação coletiva, prevê um planejamento colaborativo, dialógico e reflexivo. As autoras Silva e Vilaronga ressaltam, ainda, o pressuposto de que a aprendizagem ocorra para todos os estudantes da sala, apesar de se pensar em adaptações para o aluno público-alvo da educação especial, a atenção dos professores não é diretamente a esse aluno, nos moldes de atividade de tutoria individual. As autoras destacam também o intuito de evitar a discriminação, a segregação e

Revista *Teias* v. 25 • n. 79 • out./dez. 2024 • Políticas curriculares e o engajamento coletivo das pesquisas como modo de insurgência

a falta de autonomia do estudante com deficiência, de forma que os dois professores atuem colaborativamente, circulando pela sala e dando o apoio à turma como um todo.

O PROFESSOR DE APOIO ESPECIALIZADO NA REDE MUNICIPAL DE NITERÓI

O professor de apoio especializado desempenha papel fundamental na promoção da inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas escolas regulares. Ele atua no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme estabelecido pela legislação brasileira. Vale mencionar o Decreto nº 7.611, de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o AEE e dá outras providências. Esse Decreto estabelece diretrizes para a oferta do AEE visando promover a inclusão educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2011). Em seu Art. 2º, §1º, o Decreto situa o AEE compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado de forma suplementar ou complementar.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), tal legislação garante o direito à educação inclusiva, incumbindo ao poder público (Art. 28) de formar e disponibilizar professores para o AEE (inciso XI).

Já o anexo I, da lei nº 3067/2013 (Niterói, 2013, n.p.), discorre sobre os cargos de provimento efetivo do quadro permanente da FME (Fundação Municipal de Educação). Nesse documento constam as atribuições típicas do cargo, que são, antes de tudo, atribuições docentes, dentre elas, destacam-se: a ministração de aulas e a interação com os estudantes do grupo de referência, mesmo na ausência do aluno com deficiência; participação na elaboração do projeto político pedagógico da unidade; participar colaborativamente na elaboração dos planos de aula, na execução das estratégias didáticas adaptadas; colaborar na elaboração e confecção de material instrucional e recursos audiovisuais adaptados às necessidades do aluno com NEE; atuar junto ao professor para atender o aluno com deficiência no desempenho de suas necessidades de vida diária na escola.

O supracitado documento também deixa claro que o aluno com deficiência não é responsabilidade exclusiva do professor de apoio: “[...] atuar junto ao professor para atender o aluno com deficiência no desempenho de suas necessidades de vida diária, como por exemplo: socialização, locomoção, alimentação, asseio e higiene, durante sua permanência na escola”; também “[...] dar apoio ao professor regente quanto ao atendimento das necessidades emergenciais que envolvam o aluno com NEE”. Por outro lado, é possível compreender, através da leitura do anexo 1, que o grupo de referência não é de responsabilidade exclusiva do professor regente, já que ao docente de apoio especializado constam como atribuições: “[...] ministrar aulas, mesmo na ausência do aluno com deficiência, transmitindo aos alunos os conhecimentos estabelecidos no projeto pedagógico, de acordo com as diretrizes curriculares em vigor, com assiduidade e pontualidade;” além de “[...] interagir com os alunos de forma a enriquecer o processo educacional, atendendo com disponibilidade e dedicação aos alunos com dificuldade de aprendizagem, inclusive a pessoas com necessidades educacionais especiais.”

Apesar do reconhecimento sobre a relevância do planejamento educacional colaborativo, especialmente para uma educação mais inclusiva, as dificuldades para que, de fato ele ocorra, não

passam despercebidas no cotidiano escolar e não são poucos os entraves encontrados para sua real efetivação. Vasconcellos (2006, p. 120) afirma que “[...] o imaginário dos professores está muito marcado pelo individual, cada um na sua sala de aula, na sua lida”. Para ele o isolamento favorece o desajuste docente frente as mudanças na escola e na sociedade.

Não há intenção de culpabilização docente, sejam eles regentes ou professores de apoio especializado. Sabemos que existem entraves de natureza sistêmica, condições sufocantes para uma educação verdadeiramente inclusiva. Sabemos que esse é um campo de disputas políticas e educacionais, as vitórias conquistadas até aqui ocorreram mediante lutas, exceções, movimentos docentes, discentes e instituintes que surgem como resposta aos anseios, de estudantes e professores, de colaborativamente construir aprendizagens significativas em uma educação inclusiva e de qualidade.

É notório o fortalecimento de movimentos de resistência e superação do planejamento, enquanto prática meramente burocrática e individualizada que não considera a diversidade dentro das escolas e busque promover uma educação inclusiva. Trata-se de uma postura político-pedagógica que considera as desigualdades de várias formas, não apenas socioculturais, mas também nos modos de ser, estar e de aprender. Não é, portanto, um movimento que ocorra de modo simples sem que encontre conflitos e obstáculos para a sua viabilidade.

Tanto os pressupostos, pré-conceitos e a falta de uma cultura colaborativa quanto a realidade concreta vivenciada na escola são entraves para a construção de um planejamento colaborativo.

Uma atuação conjunta, em perspectiva democrática e colaborativa, pressupõe, antes, um planejamento colaborativo e dialógico. O planejamento coletivo enquanto espaço de formação, reflexão e transformação precisa ser valorizado. Os entendimentos que os docentes, regentes e de apoio especializado têm a respeito de sua atuação profissional sobre o papel uns dos outros e sobre as possibilidades de sua ação conjunta geram implicações em suas práticas. Esses entendimentos estão inseridos em campos maiores de interpretações como a instituição e o sistema do qual ela é parte. Por outro lado, as possibilidades de reflexões, que esses profissionais vêm encontrando e/ou vêm construindo em seu cotidiano, levam a desdobramentos, traduzidos nos modos de atuação. Refletir e agir sobre essa dinâmica é urgente.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A Resolução 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2016) considerando as características das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais, a necessária ética em pesquisa e o respeito aos direitos dos participantes, apresenta normas a serem observadas nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Em seu artigo 2º, inciso XII, a Resolução trata das etapas preliminares de uma pesquisa, que se referem às atividades que o pesquisador tem que desenvolver, no intuito de averiguar as condições para a realização da pesquisa, incluindo investigação documental e contatos diretos com possíveis participantes, que não serão identificados. A etapa de preliminar de pesquisa pode se materializar na forma de um diálogo e não pressupõe registro público e formal das informações (CNS, 2016).

Considerando o postulado, realizou-se uma preliminar de pesquisa nos moldes da Resolução 510 de 07 de abril de 2016 do CNS com profissionais da rede municipal de Niterói, campo onde foi realizada a pesquisa: uma professora de sala de recursos, dois professores de apoio

especializado e dois professores regentes de turma. O contato inicial ocorreu na data de 27 de abril de 2023. Explicou-se aos participantes sobre a preliminar de pesquisa e que eles não seriam identificados. Posteriormente houve conversa informal com tais participantes nas datas de 12 e 15 de maio de 2023.

Para a análise dos dados, trabalhou-se da seguinte forma: realizou-se uma pré-análise, com leitura do material coletado, identificação das ideias centrais e conceitos presentes no conteúdo, seleção dos trechos a serem analisados, (2) explorou-se o material organizado de forma a identificar possibilidades e conjecturas, (3) ocorreu a interpretação dos resultados, a identificação de padrões e realizaram-se inferências.

Para além, informa-se: a dissertação vinculada a este artigo tramitou na Plataforma Brasil e foi aprovada pelo Comitê de Ética da FAMESC – parecer nº 6.598.461.

PRELIMINAR DE PESQUISA: DADOS E ANÁLISES

No quadro a seguir, há informações basais a respeito dos professores ouvidos na preliminar de pesquisa. Importante mencionar que se trabalhou aqui com amostra não probabilística por julgamento, pois os elementos da amostra foram selecionados segundo critério de julgamento da pesquisadora (tendo como base o que a pesquisadora acreditou que seria melhor para a pesquisa). Os professores que consubstanciaram a amostra são todos professores experientes e muito envolvidos com a causa da inclusão. Importante também mencionar que, além das questões planejadas para o desenvolvimento dessa etapa, outras reflexões emergiram das conversas e foram anotadas; sobretudo no que se refere aos documentos norteadores do cargo de professor de apoio especializado na rede municipal de Niterói.

Quadro 1: Informações a respeito dos professores ouvidos na preliminar de pesquisa

Cargo dos(as) professores(as)	Sigla pela qual será identificado (a)	Formação
Professor de Apoio Especializado	(PA1)	Graduação em Direito e especialização em Educação Especial
Professora de Apoio Especializado	(PA2)	Licenciatura em Pedagogia pela UNIRIO. É Especialista em Educação Especial Inclusiva, Audiodescritora, Tradutora e Intérprete de Libras
Professora Regente	(PR1)	Formada em Pedagogia, possui pós-graduação em AEE

Fonte: autoral.

O Professor de Apoio Especializado (PA1) tem como formação inicial o Ensino médio normal, possui ainda graduação em Direito e especialização em Educação Especial. Atua desde fevereiro de 2019 na educação e no cargo de Professor de Apoio na rede municipal de Niterói, sendo esse o seu primeiro concurso público na área educacional.

Quando perguntado se percebe a existência de planejamento colaborativo na unidade escolar em que trabalha, o professor respondeu da seguinte forma: “Infelizmente não percebo a elaboração do planejamento colaborativo em minha unidade escolar.” Foi lhe pedido que falasse um pouco mais sobre sua resposta e por que motivos acreditava que acontecia dessa maneira. “Acredito que seja pela falta de tempo de qualidade para o planejamento individual e ausência de uma normativa específica para tal.” O que seria uma normativa? “Um direcionamento, para que as

coisas aconteçam de determinada forma e não de maneira solta, cada um fazendo de uma forma, da forma que acha melhor.

Em continuidade ao diálogo foi lhe indagado se considera esse tipo de planejamento (colaborativo) relevante, como estratégia para a construção de aprendizagens, inclusive dos estudantes com deficiência. O professor respondeu que sim. “O planejamento colaborativo é fundamental na construção de um ambiente de aprendizagem mais eficaz”. Além de possibilitar a troca de experiências que possam gerar novas abordagens pedagógicas e práticas de ensino mais eficazes, inclusive para alunos com deficiência que necessitam, muitas das vezes, de uma abordagem pedagógica diferenciada e/ou adaptada a sua realidade.

Quando perguntado como e por quem é realizado o planejamento de adaptações pedagógicas para os alunos público-alvo da Educação Especial em sua unidade. O docente respondeu: “Em minha unidade escolar o planejamento de adaptações pedagógicas é realizado pelos professores de apoio, após diagnose e observação do aluno e dos conteúdos ministrados pelo professor regente em sala de aula”.

Diante dessas colocações, foi lhe indagado sobre que dificuldades os docentes enfrentam no que se refere ao planejamento colaborativo. A resposta do Professor foi a seguinte: “a falta de tempo, de estrutura, de condições adequadas e diretrizes da orientação pedagógica e da Fundação Municipal”.

A Professora de Apoio Especializado (PA2) tem como formação Licenciatura em Pedagogia pela UNIRIO. É Especialista em Educação Especial Inclusiva, Audiodescritora, Tradutora e Intérprete de Libras. Atua, desde 2019, na rede municipal de ensino como Professora de Apoio. Mas iniciou sua trajetória profissional em 2014 como intérprete de Libras na educação profissional e tecnológica. Entre 2015 e 2016 atuou ainda como professora bilíngue da rede.

Quando perguntada se percebe a existência de planejamento colaborativo na unidade escolar em que trabalha, a docente respondeu:

Institucionalmente, ou incentivado pela gestão esse planejamento colaborativo não acontece. Muitas vezes o papel do professor de apoio Educacional Especializado é deslegitimado e considerado como subalterno a ideiação de um plano de aula. Os professores de apoio são vistos como meros acompanhantes ou cuidadores. Nesse sentido, no meu caso esse planejamento colaborativo até acontece, pois a professora regente rompe com essa ideia normativa muito predominante na rede municipal de Niterói. Assim, em resistência temos de abrir espaço, usando tempo fora do horário de trabalho para planejar as atividades de forma inclusiva, já que o tempo de planejamento não é respeitado.

A professora destacou que: “Muitas vezes esse planejamento colaborativo só ocorre quando há afinidade entre os pares na sala de aula, mesmo assim não sendo viabilizado ou visibilizado pela escola. Enxergam o planejamento como feito por apenas uma pessoa, centralizado no professor regente.”

Em seguida indagou-se a profissional se ela considera o planejamento colaborativo relevante, como estratégia para a construção de aprendizagens, inclusive dos estudantes com deficiência; ao que a mesma respondeu: “Importantíssimo. O planejamento colaborativo anda de mãos dadas, ou seja, é indissociável da ideia do desenho universal, de um planejamento inclusivo

para a turma. Imprescindível que haja uma parceria de quem interage e é especialista nos alunos e condições daquela turma, e por conseguinte o professor regente como articulador em toda turma.”

Para a questão de como e por quem é realizado o planejamento de adaptações pedagógicas para os alunos público-alvo da Educação Especial em sua unidade, a docente respondeu: “Em minha unidade isso é feito pelo professor de apoio Educacional Especializado.”

E sobre que dificuldades os docentes enfrentam no que se refere a construção de um planejamento colaborativo, a professora argumentou: “Conforme já falado, falta de cumprimento do 1/3 de planejamento, espaço para discussão com o par dentro do horário de trabalho, outras formas de apresentar o planejamento, ou seja, pelo professor de apoio, que sejam legitimadas”. Foi confirmado se a professora acredita que o planejamento realizado pelos professores de apoio, em sua unidade, não é legitimado; ao que respondeu: “Exatamente isso.”

A Professora de Sala de Recursos (PSR) atua há trinta anos na educação, e está há 7 anos na sala de recursos. Possui graduação em História e Sociologia, é pós-graduada em Educação Especial e em Psicopedagogia. Relatou que tem ainda muitos cursos de extensão e aperfeiçoamento direcionados à função de professora na Educação Especial como: braile, teoria ABA na prática, entre outros.

Para essa professora “o planejamento colaborativo acontece na medida em que através da nossa observação, nos planejamos, dialogamos novamente tentando acertar nas estratégias pedagógicas para alcançar nossos objetivos. Esse planejamento é relevante pois nos proporciona caminhos diferenciados para a construção da aprendizagem, considerando as especificidades dos meninos”

Para a docente que atua em uma Sala de Recursos em dois turnos de trabalho na mesma unidade, “O planejamento deveria acontecer juntamente com toda a equipe pedagógica da escola, porém existem muitos entraves como: tempo para planejar, encontros onde todos possam estar presentes no mesmo horário. Por conta deste cenário na escola em que trabalho o planejamento adaptado é realizado geralmente pelos professores de apoio especializado e professora da sala de recursos.”

A respeito das dificuldades enfrentadas pelos docentes no que se refere a construção de um planejamento colaborativo, a professora sinalizou que “muitas são as circunstâncias que dificultam o planejamento colaborativo, porém a mais significativa é a falta de tempo que podemos dedicar a ele; devido a demanda de trabalho e a carga horária de planejamento que muitas vezes não são respeitadas.”

A professora regente (PR1) é formada em Pedagogia, possui pós-graduação em AEE e atua na rede municipal de Niterói desde fevereiro de 2022, antes disso atuava em uma escola privada em outro município.

Foi perguntado à docente se ela percebe a existência de planejamento colaborativo na unidade escolar em que trabalha. Ela respondeu: “Em alguns momentos sim, pois ocorre muita troca de informações que são válidas para a aprendizagem do aluno, porém para um planejamento colaborativo de qualidade que envolve um tempo para discutir objetivos específicos, recursos, métodos de avaliação, adaptações curriculares e etc., não acontece sempre, muitos professores trabalham em outras unidades escolares ou preferem realizar seus planejamentos individualmente.” Em sua fala sobre considerar o planejamento colaborativo relevante, como estratégia para a construção de aprendizagens, inclusive dos estudantes com deficiência, a professora regente colocou que: “Considero importante sim para o andamento de uma escola inclusiva e de qualidade,

pois facilita a tomada de decisão, a resolução de problemas que podem surgir, as trocas de experiências, enfim, um espaço de aprendizado para aprimoramento da prática docente”.

No que tange como e por quem é realizado o planejamento de adaptações pedagógicas para os alunos público-alvo da Educação Especial na unidade em que atua, a docente respondeu: “As adaptações curriculares são realizadas pelos professores de apoio, que muitas das vezes chegam à sala de aula sem saber o planejamento do dia, acabam tendo que improvisar recursos e materiais adaptativos. Para evitar que isso aconteça, seria importante realizar o planejamento com antecedência, junto com os demais professores, o planejamento colaborativo favorecendo uma organização interdisciplinar. Em relação às dificuldades enfrentadas pelos docentes no que se refere a construção de um planejamento colaborativo a professora foi incisiva: “Falta de tempo e comunicação.”

Os professores ouvidos foram unânimes no reconhecimento de que planejamento de adaptações pedagógicas para os alunos público-alvo da Educação Especial seja realizado pelos professores de apoio especializado. A professora de sala de recursos citou sua participação nessa tarefa, mas os outros docentes não mencionaram a atuação de qualquer outro docente da escola na execução desse trabalho.

O papel e as atribuições do professor de apoio vêm se confirmando como importantes categorias de análise para a pesquisa. Assim a documentação legal que direciona o cargo, tal como o edital específico para esse concurso público (ocorrido em 2016). Necessitam ser estudados e discutidos na pesquisa.

A portaria 087, de 2011, da Fundação Municipal de Educação de Niterói, orienta que o professor de apoio não deverá ser retirado de sua atividade para cobrir a falta/licença de outros professores regentes e/ou demais profissionais da Unidade de Educação. O documento apresenta as atribuições desse profissional, que são as seguintes: dar suporte ao aluno com NEE em sala de aula, como coadjuvante, colaborador do Professor Regente do Grupo de Referência; participar do CAP-UE, CAP-CI e das reuniões de planejamento semanais da Unidade de Educação; planejar com os demais docentes do ciclo a execução das estratégias pedagógicas relacionadas ao currículo e a suas adaptações às necessidades do aluno com NEE; participar dos encontros de capacitação promovidos pela FME e especificamente pela Coordenação de Educação Especial; apresentar via ofício, à Coordenação de Educação Especial, Relatório Avaliativo trimestral e Plano de Trabalho do aluno com NEE; interagir com todos os alunos do Grupo de Referência, inclusive na ausência do aluno NEE sob sua responsabilidade, mediante planejamento com os professores.

A portaria apresenta o professor de apoio como coadjuvante (aquele que trabalha junto, coopera visando um objetivo comum) colaborador do professor regente. Faz também menção ao planejamento docente e mesmo sem o uso do termo *colaborativo*, percebemos essa perspectiva no texto que indica que o professor de apoio especializado deve planejar com os demais docentes do ciclo, e não de forma solitária, a execução das estratégias pedagógicas relacionadas ao currículo e a suas adaptações às necessidades do aluno com NEE.

O anexo III, do Edital N° 02/2016, para o Concurso Público para Provimento de Cargos e Formação de Cadastro Reserva da Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói, traz a descrição, atribuições e requisitos dos cargos, que são definidos pela lei municipal n° 3.067/2013 e seus anexos.

Para o cargo de professor I de apoio educacional especializado, é apresentado no item 18.1, do referido edital, a seguinte descrição sintética: cargo que se destina ao exercício do magistério,

especificamente, no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental e no 1º e 2º ciclos da educação de jovens adultos, bem como, na condição de professor de apoio educacional especializado, em classes inclusivas, na educação infantil ou no ensino fundamental, incluindo a execução de trabalhos e atividades de natureza pedagógica.

A compreensão de que o docente de apoio educacional especializado é professor I está clara no documento, mas de acordo com a professora de apoio participante da preliminar de pesquisa, esses profissionais são vistos como meros acompanhantes ou cuidadores. Também há no edital a indicação de que as tarefas de cuidado, alimentação, entre outras, que o estudante com deficiência necessite deve ser realizada junto com o professor regente de turma. Não sendo essa atribuição exclusiva do professor de apoio.

Entre as atribuições típicas do cargo, o documento acrescenta participar da elaboração do projeto pedagógico da unidade de educação, definindo ações, atividades e procedimentos de avaliação no processo de ensino aprendizagem, assim como participar colaborativamente na elaboração dos planos de aula, na execução das estratégias didáticas, adaptadas ao aluno com NEE e na realização de trabalhos relativos aos conceitos trabalhados e compatíveis com seu grau de conhecimento.

Um dos professores de apoio argumentou sobre a ausência de uma normativa específica, um direcionamento para que o planejamento ocorra de forma colaborativa. Percebe-se que essa orientação existe na referida portaria, bem como no edital. A professora de apoio ouvida sinalizou que o papel do professor de apoio Educacional Especializado é deslegitimado e considerado como subalterno a ideiação de um plano de aula. Assim, um importante achado dessa preliminar de pesquisa constitui-se no desconhecimento por parte dos docentes sobre o papel do professor de apoio nos processos de ensino/aprendizagem considerando uma educação inclusiva. Também o desconhecimento do aparato legal que estabelece o trabalho do professor de apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preliminar de pesquisa permitiu o confronto com a realidade do campo e foi basilar para a modelagem de adequações ao projeto que se seguiu. Os professores ouvidos demonstraram compreender a importância e a necessidade de realização de um planejamento colaborativo, inclusive como estratégia para a Educação Inclusiva. Mas relataram dificuldades para a efetiva realização desse tipo de planejamento.

Os dados da preliminar sugerem confirmação da crença norteadora de que o tempo reservado para o planejamento coletivo vêm sendo precarizado, limitados com tarefas mecânicas e burocráticas. A partir da análise da fala dos docentes, a principal dificuldade identificada se refere a ausência de tempo de qualidade dedicado ao planejamento. Tendo a palavra *tempo* aparecida oito vezes nas respostas dos docentes. Tanto a professora de apoio especializado quanto a professora de sala de recursos sinalizaram o não cumprimento da Lei que estabelece um terço do planejamento para os docentes (BRASIL, 2008). A Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008 regulamenta a alínea e do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Assim, o tempo de planejamento docente constitui-se em uma relevante categoria para a pesquisa.

Os professores ouvidos foram unânimes no reconhecimento de que planejamento de adaptações pedagógicas para os alunos público-alvo da Educação Especial seja realizado pelos

professores de apoio especializado. A professora de sala de recursos citou sua participação nessa tarefa, mas os outros docentes não mencionaram a atuação de qualquer outro docente da escola na execução desse trabalho. O papel e as atribuições do professor de apoio vêm se confirmando como importantes categorias de análise para a pesquisa. Assim, a documentação legal que direciona o cargo, tal como o edital específico para esse concurso público (ocorrido em 2016), necessita ser estudado e discutido na pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.611/2011. *Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências*. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em 05 fev. 2023.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. *Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2012. Disponível em <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em 11 nov. 2023.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. *Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em Disponível em: <http://bit.ly/2fmnKeD> Acesso em 20 abril 2016.

CHRISTO, Sandy Varela; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Ensino colaborativo/coensino/bidocência para a educação inclusiva: as apostas da produção científica. *Revista de Estudo e Pesquisa em Educação Instrumento*. v. 21, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2019.v21.19079>.

MANTOAN, Maria Teresa. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

VILARONGA, Carla Ariele; MENDES, Enicéia Conçalves. Ensino colaborativo para apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre professores. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*. (online). Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dBz3F9PJFfswJXFzn3NNxTC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10 out. 2022.

MICHELLUZZI, Sandra; CORDEIRO, Aliciene Fusca; SELAU, Bento. Planejamento Educacional na Educação Especial: A Necessidade do Trabalho Colaborativo. *Revista Humanidades e inovação*, v. 9, n. 10, p. 322-333, 2022. Disponível em <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5319> Acesso em 5 mar. 2023.

NITERÓI. Portaria FME n. 87/2011. *Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Niterói*. Niterói, 2011. Disponível em <https://educacao.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/PORTARIA-FME-087-2011.pdf> Acesso em: 15 jun. 2023.

NITERÓI. Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME). Lei 3.067/2013, de 12/12/2013. *Institui o novo plano unificado de cargos, carreira e vencimentos dos servidores da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME)*. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei->

[ordinaria/2013/307/3067/lei-ordinaria-n-3067-2013-institui-o-novo-plano-unificado-de-cargos-carreira-e-vencimentos-dos-servidores-da-fundacao-municipal-de-educacao-de-niteroi](#) Acesso em 18 jun. 2023.

NITERÓI. Edital N.º02/2016. *Concurso Público para Provisão de Cargos e Formação de Cadastro Reserva da Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói*. Niterói, 2016. Disponível em http://www.coseac.uff.br/concursos/FME/2016/arquivos/Concurso_FME-2016-Edital.pdf Acesso em 18 jun. 2023.

PERES, Epitácio; NERIS, Joelton; PERES, Valeriane; Silva, Jeromice. Planejamento Escolar: A importância na construção do cotidiano educacional. *Revista Ibero-Americana de Humanidades*, v. 10, n. 1, 876-886, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i1.12956>.

SILVA, Rossicleide; VILARONGA, Carla. Colaboração entre professores do ensino comum e especial em um município paraense. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 15, p. 1-20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271994147>.

SILVA, Maria Do Carmo Lobato. *Culturas Colaborativas e Inclusão Escolar: Limites e Potencialidades de uma Formação Continuada Centrada na Escola*, 2020. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, SÃO CARLOS, SC, 2020. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13428> Acesso em 25 fev. 2023.

VASCONCELLOS, Celso. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2014.

VILARONGA, Carla; MENDES, Eniceia; ZERBATO, Ana paula. O trabalho em colaboração para apoio da inclusão escolar: da teoria à prática docente. *Interfaces da Educação*, v. 7, n. 19, p. 66-87, 2016. DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v7i19.1029> Acesso em: 08 dez. 2023.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Eniceia. *O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas*. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 47, e233730, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147233730> Acesso em 01 ago. 2023.

*Submetido em 08 de agosto de 2024
Aprovado em 09 de novembro de 2024*

Informações das autoras

Simone de Abreu Duarte Kluser de Jesus
Centro Universitário Carioca - UniCarioca

E-mail: simone_aduarte@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0676-1503>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2144502609356399>

Rosa Lídice de Moraes Valim

Centro Universitário Carioca - UniCarioca

E-mail: rvalim@unicarioca.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7190-3635>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4844916751349906>

Alessandro Jatobá
Centro Universitário Carioca - UniCarioca
E-mail: ajatoba@unicarioca.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7059-6546>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2934410218090137>